

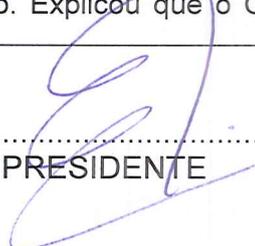
1 ATA Nº 127. Aos dezenove dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, às treze
2 horas, no Plenarinho da Reitoria, à Avenida Madre Benvenuta, 2007, Itacorubi,
3 Florianópolis, SC, teve início a presente sessão extraordinária do egrégio Conselho
4 Universitário - CONSUNI da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina –
5 UDESC, sob a presidência do Magnífico Reitor, Professor Marcus Tomasi, estando
6 presentes, segundo assinatura na lista de presença, os seguintes conselheiros: Alexandre
7 Borges Fagundes, representante Docente - CEPLAN; Alexandre Tadeu Paulino,
8 representante Docente - CEO; Ana Paula Menezes Pereira, representante Docente -
9 ESAG; Barbara Tokarz, representante Discente de Graduação - CEPLAN; Carlos Alberto
10 Barth, Diretor Geral - CEAVI; Carlos André da Veiga Lima Rosa, Diretor Geral - CERES;
11 Celso João Carminatti, Diretor Geral “pro tempore” da FAED, em substituição temporária
12 da titular Julice Dias; Cláudio Roberto Ronchi, representante Técnico-Administrativo -
13 CEPLAN; Cleber Macedo de Sousa, suplente de Kelli Ribeiro Folmann, representante
14 Técnico-Administrativo - CAV; Clóvis Eliseu Gewehr, suplente de André Thaler Neto,
15 representante Docente - CAV; Daiane Dordete Steckert Jacobs, representante Docente -
16 CEART; Daniel Pedro Willemann, representante Docente - CERES; Daniel Vidal Reis,
17 representante Técnico-Administrativo - CERES; Daniel Vieira, representante Docente -
18 CCT; Danilo Ledra, suplente de Fernando Meira Júnior, representante Técnico-
19 Administrativo - FAED; Darlene Cavalheiro, representante Docente - CEO; David Daniel e
20 Silva, Diretor Geral - CEAD; Delcio Pereira, representante Docente - CEPLAN; Dilmar
21 Baretta, Diretor Geral - CEO; Eduardo Müller dos Santos, suplente de Jarbas Cleber
22 Ferrari, representante Docente - CEAVI; Emerson César de Campos, representante
23 Docente - FAED; Éverton L. P. de Lorenzi Cancellier, Diretor Geral - ESAG; Fernando
24 Humel Lafratta, representante Docente - CCT; Fernando Roberto Xavier, representante
25 Docente - CCT; Geraldo Menegazzo Varela, representante Docente - CEAVI; Gilmar
26 Gomes, suplente de Lucineia Ferraz, representante Docente - CEO; Ivoneti da Silva
27 Ramos, representante Docente - ESAG; Jairo Wensing, representante Técnico-
28 Administrativo - REITORIA; Jaison Ademir Sevegnani, representante Docente - CEAVI;
29 Janice Mileni Bogo, representante Docente - ESAG; João Luis Cunha dos Santos,
30 representante Discente de Graduação - CEAVI; José Fernando Fragalli, Diretor Geral -
31 CCT; Julio da Silva Dias, suplente de Fábio Pugliesi, representante Docente - ESAG;
32 Karina Bernardes de Oliveira e Silva, representante Governo do Estado - GOVSC; Karina
33 Marcon, representante Docente - CEAD; Leandro Zvirtes, Vice-Reitor; Leticia Magrin,
34 suplente de Sara Piccoli, representante Discente de Graduação - CEO; Lorenzo Schmitz
35 Borsato Cavagnari, representante Discente de Graduação - CAV; Lorival Carminatti,
36 representante Docente - CEFID; Lucia Teresinha Ruwer, representante Técnico-
37 Administrativo - CEO; Luiz Antonio Ferreira Coelho, representante Docente - CCT; Marcel
38 Hubert, representante Técnico-Administrativo - CEFID; Maria Clara Figueiredo Dalla Costa
39 Ames, suplente de Barla Loesi Testoni, representante Discente de Pós-Graduação -
40 ESAG; Maria Conceição Coppete, representante Docente - FAED; Maria Cristina da Rosa

CONSELHEIROS:

.....
PRESIDENTE.....
SECRETÁRIO:

FI.1203

1 F. da Silva, Diretora Geral - CEART; Mere Erika Saito, Diretora Geral "pro tempore" do
2 CAV, em substituição temporária do titular João Fert Neto; Murilo Scoz, representante
3 Docente - CEART; Nilson Ribeiro Modro, Diretor Geral - CEPLAN; Patrícia Sfair Sunye,
4 representante Docente - CERES; Paulo Henrique Xavier de Souza, Diretor Geral - CEFID;
5 Peter Johann Bürger, representante Aposentados - UDESC; Rafael Zanelato Ledo,
6 representante Docente - CERES; Renato de Mello, representante Docente - CEPLAN;
7 Ricardo Antonio de Simone Zanon, representante Docente - CCT; Rodrigo Okubo,
8 suplente de Gilmar Moraes Santos, representante Docente - CEFID; Thássia Heloíse
9 Bernardi, representante Discente de Graduação - CCT; Virgínia Grace Barros,
10 representante Docente - CCT. Não compareceram, segundo a lista de presença, os
11 seguintes conselheiros: Dayane Dornelles, representante Técnico-Administrativo - CEAVI;
12 Everton Skoronski, representante Docente - CAV; Evita Alícia Gomes Silveira,
13 representante Discente de Graduação - FAED; Icléia Silveira, representante Docente -
14 CEART; Jaime Antonio de Almeida, representante Docente - CAV; Julio Cesar Pires
15 Santos, representante Docente - CAV; Karoen Cardoso Mello, representante Discente de
16 Graduação - CESFI; Maria Ester Menegasso, Diretora Geral - CESFI; Renata Mendonça
17 Rodrigues, representante Docente - CEO. Constatado o "quorum", o senhor Presidente
18 cumprimentou a todos e declarou aberta a presente reunião, colocando em discussão a
19 Ata nº 126, da sessão ordinária de vinte e dois de março de dois mil e dezoito, sendo a
20 mesma aprovada por unanimidade. Em seguida, o senhor, Presidente passou ao item
21 Expediente, concedendo a palavra ao Secretário, Murilo de Souza Cargnin, para os
22 informes de Secretaria. Com a palavra, o Secretário anunciou a posse de Daniel Pedro
23 Willemann, titular, e David Valença Dantas, suplente, representantes Docentes do CERES;
24 Geraldo Menegazzo Varela, titular, e Paulo Roberto Farah, suplente, representantes
25 Docentes do CEAVI; Jairo Wensing, titular, e Ivan Luis Tonon, suplente, representantes
26 Técnicos-Administrativos da Reitoria; Jaison Ademir Sevegnani, titular, e Sérgio Marian,
27 suplente, representantes Docentes do CEAVI; Jarbas Cleber Ferrari, titular, e Eduardo
28 Müller dos Santos, suplente, representantes Docentes do CEAVI; e Patrícia Sfair Sunye,
29 titular, e Márcio Vargas Ramella, suplente, representantes Docentes do CERES.
30 Finalizando os informes de Secretaria, o Secretário comunicou que, no dia anterior à
31 reunião, a conselheira Renata Mendonça, representante docente do Centro de Educação
32 Superior do Oeste - CEO, havia justificado a ausência à presente sessão por problema de
33 saúde, tendo informado que não seria possível ser substituída pela suplente em razão do
34 pouco tempo para compra de passagem aérea de Chapecó para Florianópolis, estando a
35 justificativa devidamente comprovada para abono de falta. Ato contínuo, o senhor
36 Presidente deixou livre a palavra para o Plenário. Não havendo inscritos, o senhor
37 Presidente fez uso da palavra e solicitou que fosse incluída, na ordem do dia da presente
38 sessão, discussão acerca do que estava ocorrendo em relação ao reajuste do Valor
39 Referencial de Vencimento - VRV do ano passado, para que houvesse um posicionamento
40 do Conselho. Explicou que o CONSUNI havia aprovado, em 2017, um reajuste no VRV


.....
PRESIDENTE
.....
SECRETÁRIO:

FI.1204



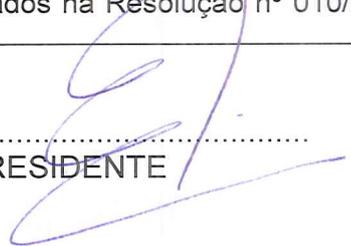
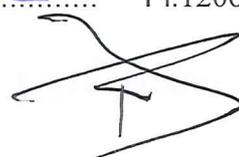
1 que, somando um percentual sobre o outro, dava 6,6% e, sem o somatório, correspondia a
2 6,47%, que era a parte que faltava do reajuste de 10,67% referente à inflação do ano de
3 2015, tendo o Conselho aprovado o referido reajuste de forma escalonada, sendo 1,47% a
4 partir de abril de 2017, 2% a partir de agosto de 2017 e 3% a partir de outubro de 2017; e,
5 tal como havia sido aprovado pelo CONSUNI, a Reitoria levou o pleito ao Governo e
6 trabalhou no sentido de viabilizar o referido reajuste, tendo havido negativas e
7 reconsiderações, sendo que, ao final, ao enviar a proposta para o Legislativo, o Governo
8 alterou o pleito da Universidade, mantendo os 6,6%, mas concedendo o reajuste a partir
9 do dia 1º de dezembro de 2017, modificando o escalonamento que havia sido aprovado,
10 justificando que não existia outra possibilidade, visto que não havia concedido reajuste aos
11 demais servidores do Estado. Disse, ainda, o senhor Presidente, que, no mesmo dia que
12 ficou sabendo da decisão do Governo, o Secretário da Casa Civil havia lido dito para fazer
13 uma emenda ao Legislativo e que, se a Universidade conseguisse aprovar a referida
14 emenda, o Governo não iria vetá-la; e, ante à posição do Secretário, houve todo um
15 diálogo com os deputados e a Universidade conseguiu a aprovação da emenda, por
16 unanimidade, resgatando exatamente o que havia sido aprovado pelo CONSUNI, sendo
17 que, junto com a emenda da UDESC, houve outras demandas, mais ou menos polêmicas,
18 como a da Defensoria Pública, que também foram aprovadas através de emenda ao Poder
19 Legislativo; e que, tendo chegado no Governo, o Governador fez veto parcial ao que havia
20 sido aprovado na Assembléia Legislativa para a UDESC, negando a retroatividade do
21 reajuste a abril e a agosto, mas concedendo o reajuste de 6,6% a partir de 1º de outubro
22 de 2017, que foi o que todos receberam, inclusive o retroativo àquele mês. Disse, ainda,
23 que, por rito, quando há um veto do Governador, a decisão tem que voltar para a
24 Assembleia; e que, seguindo o rito, o veto aos retroativos de abril e agosto estava na
25 referida instância, tendo sido pautado e retirado de pauta algumas vezes e, durante esse
26 tempo, alguns vetos, como o da Defensoria Pública, já haviam passado e tinham sido
27 derrubados, havendo grande possibilidade dos deputados derrubarem o veto do
28 Governador também no caso da UDESC, mas que havia também o desejo do Governo do
29 Estado de impetrar uma ação direta de inconstitucionalidade contra a Universidade pela
30 derrubada do veto, porque a forma como havia sido operacionalizada a emenda
31 caracterizava como inconstitucional, visto que a competência para aumentar despesa no
32 âmbito do executivo é do chefe do poder executivo, não cabendo ao legislativo tal
33 prerrogativa. Prosseguindo, disse, ainda, o senhor Presidente, que a Reitoria sabia do
34 referido problema quando lutou pela emenda, mas que o fez porque havia a palavra do
35 Secretário e era a única possibilidade de manter a decisão do Conselho Universitário; e,
36 por isso, gostaria de uma decisão deste Conselho para com a questão da derrubada ou
37 não do veto que iria ocorrer na semana seguinte, visto que o processo iria voltar à pauta
38 da Assembleia Legislativa. Continuando, justificou que a discussão sobre o veto era
39 importante não só porque tratava de uma decisão do Conselho que estava sendo violada,
40 mas porque todos já tinham recebido os 6,6% e havia uma tremenda insegurança jurídica

.....
PRESIDENTE.....
SECRETÁRIO:

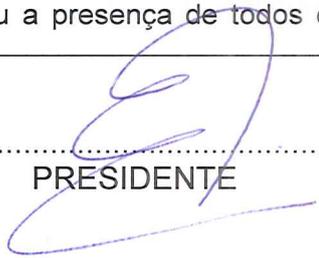
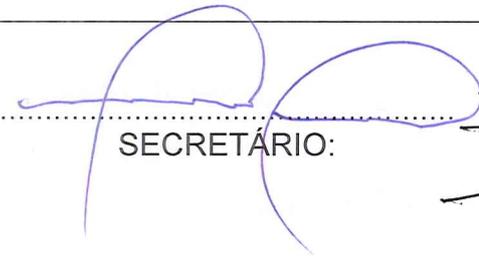
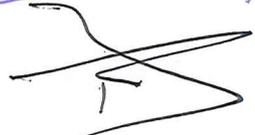
FI.1205



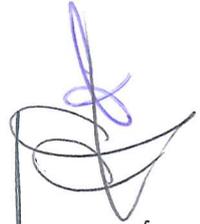
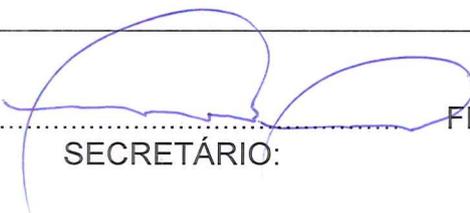
1 com a ação direta de inconstitucionalidade, uma vez que a mesma poderia cancelar todo o
2 processo e os recursos que já tinham sido assegurados de 6,6% poderiam ser revertidos,
3 visto que ninguém tinha a segurança de que se perderia somente a retroação a abril e
4 agosto, nem mesmo a PROJUR e os procuradores jurídicos que foram consultados na
5 Assembleia Legislativa, pois havia o risco de se perder também o retroativo a outubro,
6 uma vez que a mensagem do Governador tinha sido para pagamento a partir de 1º de
7 dezembro. E, concluindo sua fala, o senhor Presidente solicitou a inclusão do assunto na
8 ordem do dia para que houvesse um encaminhamento do Conselho, pedindo também a
9 inversão da pauta para que o assunto fosse discutido e deliberado em primeiro lugar,
10 tendo os conselheiros concordado com a inclusão e com a inversão da pauta. Ato
11 contínuo, o senhor Presidente deu início então a ordem do dia, abrindo discussão sobre a
12 questão do veto do Governador à retroatividade do reajuste do VRV a abril e a agosto de
13 2017. O senhor Presidente explicou que, tendo relatado todo o assunto no expediente,
14 abriria direto as inscrições para a discussão. Aberta a discussão, os conselheiros
15 empreenderam amplo debate, durante o qual houve também a participação da senhora
16 Procuradora Jurídica da UDESC, servidora Juliana Lengler Michel, que prestou
17 esclarecimentos e respondeu a vários questionamentos dos conselheiros. Encerrada a
18 discussão, o senhor Presidente colocou o assunto em votação, solicitando que
19 respondessem “sim” os conselheiros que desejassem derrubar o veto e que
20 respondessem “não” os conselheiros que desejassem deixar a situação como estava e
21 não derrubar o veto; e esclareceu que, tanto pelo “sim” como pelo “não”, o Conselho daria
22 a prerrogativa ao Reitor de levar o posicionamento à Assembleia Legislativa. Realizada a
23 votação, que ocorreu de forma simbólica, o senhor Presidente proclamou o resultado,
24 informando que a maioria dos conselheiros havia votado pelo “não” e que tinham votado
25 pelo “sim” os conselheiros David Daniel e Silva, Marcel Hubert, Renato de Mello e Danilo
26 Ledra. Votada a matéria, o senhor Presidente suspendeu a reunião por alguns minutos,
27 para que um grupo de conselheiros discutisse com o conselheiro Leandro Zvirtes, relator
28 do processo seguinte da pauta, que tratava da proposta de reajuste do VRV para 2018, a
29 possibilidade de inclusão do percentual correspondente à economia de recursos que havia
30 sido feita, quantitativamente, de abril a outubro de 2017, em razão do não pagamento da
31 retroação do reajuste anterior, que, segundo o senhor Presidente, poderia ser de mais ou
32 menos 1,47%. Após quarenta e cinco minutos de paralisação, a reunião foi retomada.
33 Constatado o “quorum”, o senhor Presidente passou à análise e deliberação do
34 **PROCESSO Nº 4075/2018**; origem: UDESC/REIT/GABR – Gabinete do Reitor; assunto:
35 Definição do reajuste do Valor Referencial de Vencimento (VRV) da UDESC para 2018;
36 relator conselheiro Leandro Zvirtes. Com a palavra, o relator fez a leitura e explanação de
37 seu parecer, concluindo com o seguinte voto: “Considerando o exposto, sou favorável à
38 aprovação e encaminhamento da atualização do VRV em 7,20% referente à inflação de
39 janeiro a dezembro de 2016, conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
40 – IPCA, aprovados na Resolução nº 010/2017-CONSUNI mais perdas parciais de 2017.”.


.....
PRESIDENTE
.....
SECRETÁRIO:FI.1206


1 Após discussão, o parecer do relator foi colocado em votação e resultou aprovado por
2 unanimidade. Finalizada a ordem do dia, o senhor Presidente abriu inscrições para as
3 Comunicações Pessoais, fazendo uso da palavra para transmitir solicitação do senhor Pró-
4 Reitor de Administração, servidor Matheus de Azevedo Ferreira Fidelis, para que aos
5 Diretores Gerais passassem na PROAD para pegarem dispositivo de impressão e
6 identificação digital que seria utilizado em concurso público que estava previsto para a
7 semana seguinte à reunião. O conselheiro Nílson Ribeiro Modro fez a leitura de carta
8 escrita pelo Professor Arlindo Costa, do CEPLAN, que chamava a atenção para a trágica
9 morte do acadêmico Marcus Vinícius do Curso de Engenharia de Produção daquele
10 Centro; e, ao final, apelou para que houvesse, na UDESC, uma estrutura de atendimento
11 psicológico aos acadêmicos de maneira a evitar que tragédia como a relatada não mais
12 viesse a ocorrer. A conselheira Maria Cristina da Rosa Fonseca da Silva sensibilizou-se
13 com as palavras do conselheiro Nílson Modro, enfatizando que aquela era uma rotina que
14 todos os Centros estavam vivendo, de muitos estudantes com problemas sistemáticos na
15 área psicológica; e que era preciso enfrentar o problema, que exigia investimentos e a
16 organização de espaços com atendimento multidisciplinar. Continuando sua fala, a
17 conselheira disse que o Governo Federal vinha há alguns anos tentando reestruturar o
18 Sistema Nacional de Cultura, com atividades no âmbito federal, dos estados e dos
19 municípios, estando na fase de organização dos conselhos estaduais e municipais de
20 cultura; e que o CEART estava num movimento bastante forte para se inserir na referida
21 estrutura, envolvendo os atuais alunos e os egressos, tendo diligenciado com o Magnífico
22 Reitor o encaminhamento de expediente ao Conselho Estadual de Cultura para pleitear a
23 participação da UDESC no citado Conselho, tendo aquele órgão demonstrado apoio e se
24 comprometido em enviar o pedido ao Governador. Continuando, solicitou aos conselheiros
25 que tivessem contato com autoridades estaduais e municipais que ressaltassem a
26 necessidade do apoio à cultura e da participação da UDESC no Conselho Estadual de
27 Cultura, porque no referido órgão é que são denifidas as políticas e os editais que movem
28 a cultura não só nos municípios mas em Santa Catarina como um todo. E, concluindo sua
29 fala, a conselheira agradeceu o Magnífico Reitor pelo encaminhamento do expediente e
30 pediu o apoio de todos na ação conjunta de luta por mais acesso à cultura no Estado de
31 Santa Catarina. O conselheiro Luiz Antonio Ferreira Coelho solidarizou-se com o
32 conselheiro Nílson Modro sobre a necessidade de se dar atenção psicológica aos alunos e
33 abordou sobre o Fundo de Previdência Complementar de Santa Catarina – SCPREV,
34 alertando a todos que desejassem investir no referido Fundo que lessem atentamente o
35 prospecto do mesmo, especialmente o capítulo 6º, que define o perfil de investimento,
36 recomendando também um estudo da biografia das pessoais que irão administrar o citado
37 fundo, porque serão eleitas e nem sempre serão profissionais do mercado. Disse, por fim,
38 que o SCPREV possuía também aspectos positivos, mas recomendou a todos que
39 atentassem aos aspectos citados. E, nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente,
40 agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual, eu, Murilo de


.....
PRESIDENTE
.....
SECRETÁRIO:FI.1207


- 1 Souza Cargin, Secretário dos Conselhos Superiores, lavrei e assinei a presente ata que,
- 2 após ser aprovada, será assinada pelo senhor Presidente e por todos os conselheiros
- 3 presentes à reunião em questão. Florianópolis, aos dezanove dias de abril de dois mil e
- 4 dezoito.


.....
PRESIDENTE
.....
SECRETÁRIO:

Fl.1208

